

Artigo



**TRABALHANDO NA ROÇA E
NA CASA DE FARINHA:
RELAÇÕES CAMPONESAS EM FEIRA
DE SANTANA, BAHIA (1948-1960)**

Andréa Santos Teixeira Silva*

Resumo:

Neste estudo, algumas famílias de produtores de farinha de mandioca de Feira de Santana (Bahia) são analisadas. Tendo como base a História Oral, busca-se entender como esses trabalhadores se relacionavam no cotidiano da produção de farinha. Diante disto, suas narrativas apontam para práticas de sociabilidade, tensões e estratégias de sobrevivência vigentes no período entre 1948 e 1960.

Palavras-chave: Camponês, cotidiano, sociabilidades.

Abstract:

This article aims at analyzing the peasant families that produced manioc flour in Feira de Santana (Bahia, Brazil). Based on Oral History, it aims at understanding their quotidian life. The peasant's narratives indicate to sociability practices, tensions and survival strategies from 1948 to 1960.

Keywords: Peasants, quotidian, sociabilities.

* Professora da rede municipal de ensino da cidade de Salvador e aluna do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

O presente artigo busca compreender como algumas famílias de camponeses, entrevistadas em Feira de Santana, Bahia, relacionavam-se no cotidiano da produção de farinha de mandioca. Em boa medida, elas se sustentaram através deste ofício e da produção agropecuária ao longo de várias gerações nas proximidades do distrito de Humildes, localizado na zona rural da cidade.¹ Suas narrativas expuseram o modo como eles agiram e pensaram diante de situações confrontadas na produção de farinha. Neste sentido, tendo como base as reflexões feitas por Yara Khoury e Joan Garrido sobre a História Oral e a memória, a análise de seus depoimentos possibilita observar a maneira como os trabalhadores rememoram fatos por eles vivenciados e vêem sua profissão e o cotidiano a ela associado (KHOURY, 2001, p. 81- 84; GARRIDO, 1992).

O cultivo da mandioca e a produção de farinha

Feira de Santana é atualmente a segunda maior cidade do estado da Bahia e um importante entroncamento rodoviário do nordeste brasileiro, com 1.344 quilômetros quadrados. Esta se localiza no Agreste baiano e cerca de 96% do seu território insere-se no polígono das secas (FREITAS, 1998, p. 53). Diante destas condições, os camponeses da região de Humildes tinham à mão uma importante cultura, capaz de fazer frente aos períodos de estiagem prolongada e aos poucos recursos por eles investidos na lavoura. Isto porque a mandioca é uma planta que se desenvolve bem nas regiões tropicais do globo terrestre, adaptando-se, inclusive, às altas temperaturas (SILVA, 1986, p. 2-5). Seu cultivo em Feira de Santana remonta ao século XIX, quando então esta

¹ A reflexão aqui proposta está presente na minha dissertação de mestrado, defendida em abril do presente ano. O período de tempo analisado corresponde à conjuntura de transformações ocorridas no cotidiano de trabalho camponês por conta da reestruturação da estrada Bahia-Feira, a qual dava acesso à capital do estado, Salvador.

raiz era “a cultura mais importante e mais espalhada”, perdurando até a década de 1950 (POPPINO, 1968, p. 176). Desse modo, as características deste alimento ajudam a compreender sua inserção na cidade e sua permanência como uma importante fonte de renda no dia-a-dia das pessoas aqui entrevistadas.

Neste artigo, são abordadas as entrevistas de cinco trabalhadores da região de Humildes – Ambrosina dos Anjos, Francisco Lima de Santana, Francisco Paulo de Lima, Maria de Jesus Silva e Zulmira Fernandes Teixeira – todos nascidos em Feira de Santana. Ao longo do tempo, estes construíram e reelaboraram todo um modo de vida e conhecimento coletivo em torno do seu ofício. Assim, a produção agropecuária se constituiu como elemento aglutinador de suas experiências cotidianas, de sua cultura e de suas histórias, ainda que a posse da terra e da casa de farinha fosse um elemento de constante diferenciação. Distribuídos entre proprietários de terras e não-proprietários, quase sempre eles contavam com o auxílio do grupo familiar, num caráter de subsistência, distribuindo suas tarefas pelo sexo e pela idade.

Além disso, esses trabalhadores vendiam o excedente de sua produção na localidade ou na feira livre do centro urbano, o que contribuía para “a recriação da própria família”, conforme explica Ildes Ferreira Oliveira em seu estudo sobre Feira de Santana (OLIVEIRA, 1987, p. 33-35). Na maioria dos casos, os chefes das famílias camponesas buscavam outras atividades complementares à produção de farinha e ao plantio de gêneros alimentícios, como o pastoreio de gado, além do trabalho nas olarias locais, ou nas usinas de cana-de-açúcar do Recôncavo baiano. Nesta perspectiva, o depoimento da proprietária Maria de Jesus dos Santos Silva, de 74 anos, é elucidativo destas experiências, ao relatar as tarefas desenvolvidas na roça e na casa de farinha:

A vida na roça, minha filha... Como é que diz? Capinava, plantava, fazia farinha, mexia, vendia, fazia beiju. (...) Você, na casa de farinha, na hora que a pessoa tá mexendo, fica assim espiando abismada. E a gente com o rodo: vai pra lá vai pra lá, vem pra cá vem pra cá. (...) A gente levava um bule de café. Não tinha naquele tempo o quente e frio. (...) Quando dava de manhã, os fios tava em casa. A gente vinha pra casa, ia pegar água no

brejo ainda pra fazer a tapioca, pra desmanchar a tapioca. Coava no pano, vinha pra casa, vinha cuidar nos fios que tava em casa, botar feijão no fogo, dar café aos meninos pra tornar descer pra peneirar a massa. (...) Era assim minha fia, a gente já sofreu.²

Esse trecho do depoimento de Dona Maria de Jesus Silva se refere a um cotidiano intenso de trabalho na roça. Na ocasião, década de 1950, ela e o esposo haviam arrendado uma parcela de terra da fazenda Roçadinho, do camponês Vespasiano Teixeira. Na terra arrendada, o casal plantava a mandioca para a produção da farinha, comercializada no mercado da cidade, e outras culturas como o feijão, o milho e o fumo. Em troca da terra, o esposo, Emanuel Silva, desempenhava tarefas variadas na roça ou na casa de farinha de Vespasiano Teixeira. Além dessa atividade, Emanuel trabalhava com frequência para o grande proprietário João Marinho Falcão, na fazenda São Bernardo, garantindo, assim, uma segunda fonte de renda.

João Marinho foi prefeito de Feira de Santana entre 1954 e 1959, pelo partido da União Democrática Nacional (UDN), além de líder e pioneiro da expansão dos setores industrial e financeiro da cidade (SANTOS, 2001, p. 34). Por volta de 1980, o imóvel denominado Roçadinho foi vendido ao coronel José Pinto, que o incorporou aos limites de sua fazenda Bom Viver e indenizou a família de Maria de Jesus Silva com três tarefas de terra na região de Humildes. Tal indenização se deve, segundo a depoente, ao fato de que, na época da compra da fazenda, a depoente e sua família residiam há vários anos na terra.

A memória de Maria de Jesus Silva aponta para um passado de dificuldades ao utilizar a expressão “a gente já sofreu” e ao relatar o uso de utensílios domésticos de cerâmica e do fogão à lenha e a necessidade de buscar água em nascentes distantes de sua casa. Essas práticas costumeiras são confrontadas com outros hábitos existentes atualmente, como o uso de garrafas térmicas para a conservação do café e as facilidades geradas pela água

² Maria de Jesus dos Santos Silva, entrevistada em 04 de julho de 2004.

encanada e pelo fogão a gás, possibilidades essas subentendidas em seu depoimento. Visando a preparação da farinha de mandioca, às vésperas dos dias de feira livre, Dona Maria passava a noite na casa de farinha e, pela manhã, retornava para casa no intuito de realizar suas atividades domésticas e de cuidar dos cinco filhos que possuía.

Observe-se que, de acordo com esse relato, o processo de fabricação de farinha e os afazeres da roça exigiam longas horas de serviço e uma boa quantidade de pessoas, mas isso, geralmente, podia ser tarefa para o lavrador, sua esposa e seus filhos. De maneira geral, chegada a época da colheita, a produção desse alimento pode ser assim resumida: após o corte da lenha necessária e a coleta na roça, procedia-se a raspagem da casca das raízes da mandioca. Em seguida, moíam-se as raízes com o uso da “roda” ou “rodête”, um aparelho em forma cilíndrica com duas manivelas, uma em cada lado, movimentadas por duas pessoas. Depois de triturada a raiz, obtinha-se a massa que deveria passar por uma prensa de madeira no intuito de remover o caldo venenoso da mandioca. Já prensada e seca, a massa era peneirada e depois torrada no forno de lenha. Após a torrefação, a farinha pronta deveria ser ensacada para a venda na feira livre e na vizinhança.

Na figura a seguir, observa-se um forno à lenha onde a massa da mandioca era torrada para dar origem à farinha e ao beiju.



Fotografia 1: Forno à lenha com rodo

Tal imagem auxilia no entendimento de especificidades da produção de farinha da localidade, funcionando como registro de “aspectos da vida material” dos trabalhadores em análise (CARDOSO, 1997, p. 406). A partir dela, nota-se que o trabalho realizado na torrefação da massa, assim como no uso da roda, exigia agilidade e dispêndio de esforço físico, sendo, por isso, geralmente uma atribuição masculina. Durante as visitas feitas às casas de farinha, notou-se que os homens também recolhiam a lenha para o forno e colocavam a massa na prensa. Já as mulheres removiam a casca das raízes e peneiravam a massa. O beiju era feito tanto pelos homens, quanto pelas mulheres. Sendo assim, contrariamente à relação de trabalho vivenciada por Dona Maria de Jesus Silva e seu esposo, na qual os dois realizavam as mesmas tarefas, pareceu existir uma forte demarcação entre as atividades masculinas e as femininas no cotidiano da produção da farinha. No entanto, outro depoimento, de Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira, 57 anos, assemelha-se à narrativa de Dona Maria, demonstrando ser o cotidiano da região de Humildes bem mais dinâmico que a realidade vislumbrada na primeira impressão.

Na casa de farinha, a gente fazia de tudo. Mexia farinha, espremia a massa, raspava a mandioca e, aí, a gente fazia de tudo. (...) Eu não capino. Nunca capinei, não. (...) É mais um trabalho de homem, mas a gente fazia de tudo.³

Zulmira Teixeira é uma camponesa aposentada, descendente da extinta fazenda Caboronga. É casada com o herdeiro da fazenda Gonçalo, onde reside, e com o qual possui cinco filhos. Em seu depoimento, observa-se que a divisão do trabalho entre homens e mulheres no espaço da casa de farinha poderia apresentar modificações a depender da situação de cada família camponesa. Possivelmente, nas realidades em que as famílias eram grandes e nas quais

³Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira, entrevistada em 22 de maio de 2006.

podiam contar com o trabalho de um número considerável de seus membros tanto homens, quanto mulheres, a divisão de tarefas identificada nas visitas às casas de farinha era comum. No entanto, para os casos da proprietária Zulmira Teixeira e da rendeira Maria de Jesus Silva, as esposas realizavam as mesmas atividades que os maridos na casa de farinha, pois se tratavam de famílias pequenas com filhos ainda crianças.

Em complemento à mão-de-obra familiar, o esposo de Dona Zulmira pagava geralmente alguém que lhes ajudasse na realização das tarefas, como a “raspadeira” de mandioca Ambrosina Marques dos Anjos, 70 anos. Esta era herdeira de uma das propriedades da região, conhecida como Fonte do Dendê.⁴ Ambrosina dos Anjos trabalhava em sua terra após o inverno, quando geralmente o solo encharcado próximo da nascente do Dendê permitia a atividade agrícola. Diante desta limitação, o ofício de “raspadeira” em algumas fazendas próximas, onde também mantinha relações de compadrio e de amizade, complementava sua renda. Além deste auxílio, freqüentemente Dona Zulmira e seu esposo solicitavam ajuda na capina da roça, a única atividade na qual ela não o auxiliava, pois era “mais um trabalho de homem”, isto é, exigia a força física de um homem.

A necessidade de adquirir auxílio extra no desempenho das tarefas parece ter sido uma constante no meio rural, especialmente, ao se tratar das “raspadeiras”, como foi observado por Beatriz Heredia na Zona da Mata pernambucana. Segundo Heredia, as casas de farinha funcionam como “locais em que se reforçam as relações sociais”, pois nestes espaços não se reúnem apenas “os membros da família proprietária do produto como também outros parentes e vizinhos, que conversam enquanto se realiza o processo de fabricação da farinha” (HEREDIA, 1979, p. 47). Desse modo, a participação das “raspadeiras”, a exemplo de Dona Ambrosina, não pode ser vista apenas como

⁴ Ambrosina Marques dos Anjos, entrevistada em 19 de janeiro de 2007.

um reforço da mão-de-obra, mas também como um indício da interação desenvolvida entre os membros da vizinhança ou entre compadres em torno da produção.

Nesse sentido, a casa de farinha era palco para a socialização dos camponeses, acompanhada de muitos “causos”, histórias de antigamente, além de algumas pilhérias sobre fatos corriqueiros da localidade, onde se poderia ficar atualizado sobre acontecimentos recentes ou divulgá-los (NOGUEIRA, 2006, p. 15,18). Segundo Ambrosina dos Anjos, conversava-se “sobre os trabalhos mesmo da roça. (...) É a mesma coisa quando a gente vai se confessar, aí o padre manda contar os pecados a ele. Aí, o pecado não é o trabalho do dia-a-dia da casa da gente?” Aqui, a depender da proximidade existente entre as pessoas que partilhavam este espaço, era possível trocar experiências de vida e de trabalho, isto é, conseguia-se amenizar a dureza de um dia inteiro de labor e, ao mesmo tempo, socializar-se.

No entanto, nem sempre era possível contar com a ajuda das “raspadeiras” e dos vizinhos, pois este auxílio normalmente dependia de algo em troca: uma remuneração, favores devidos, ou uma parcela da farinha produzida. Para uma família de poucos recursos, como a da rendeira Maria de Jesus Silva, contar com a mão-de-obra das “raspadeiras” poderia não ser uma saída, sendo necessária a busca de outras estratégias a fim de amenizar o esforço despendido na realização das variadas tarefas da roça, o que não dependia necessariamente do pagamento em dinheiro ou em parte da produção.

Formas de ajuda mútua

Era comum entre os camponeses a ajuda mútua a fim de poupar esforço e de reduzir o tempo usado no trabalho da casa de farinha. Durante as entrevistas, foram citadas algumas das formas de ajuda por eles utilizadas, como o “dia trocado”. Segundo Dona Maria de Jesus Silva, o “dia trocado” era uma prática

utilizada constantemente na região de Humildes, estabelecida a partir de um trato verbal. Este acordo tinha como finalidade colaborar com determinada família na realização de uma tarefa específica, neste caso, a produção de farinha, visando o mesmo auxílio em momento oportuno: “dia de terça-feira era minha, na quarta-feira já era de outro. (...) Fazia assim uma troca de obra de um para o outro”. Sobre esta especificidade na realização das tarefas rurais, o sociólogo Antônio Candido de Mello e Souza ressalva que a troca de trabalho “se dá quando um vizinho é requisitado para auxiliar outro, e fica seu devedor de uma parcela de tempo igual a que recebeu, podendo-a requerer quando julgar conveniente” (SOUZA, 1964, p. 127).

A troca era, desse modo, fundamental para os camponeses e as camponesas da região de Humildes, porque viabilizava ajuda diante da impossibilidade de remunerar a mão-de-obra extra-familiar necessária à lida da roça.⁵ Nesta perspectiva, Beatriz Heredia faz a seguinte reflexão sobre as relações de troca no meio rural: “é preferível solicitar algo emprestado ao vizinho que retribuiu pedindo alguma coisa em troca. Esta reciprocidade é que permite a manutenção deste tipo de relação” (HEREDIA, 1979, p. 46). Conclui-se, desse modo, que, em muitos momentos, as chamadas relações rurais de solidariedade consistiam, também, em uma relação de ajuda mútua, ou de troca, cuja manutenção dependia continuamente da retribuição do favor realizado, com cooperação e reciprocidade.

Acompanhando esse raciocínio, ocasiões como a bata do feijão, o “sobaco”, o “corte” e o “boi roubado” fizeram parte de uma rede de prevenções tecida no cotidiano rural de busca pela manutenção familiar. O recurso a estas formas de ajuda se fazia presente no dia-a-dia da maior parte das famílias locais, ainda que fossem compostas por um bom número de pessoas habilitadas para o desempenho das tarefas. Além disso, tais formas de ajuda mútua também

⁵ Conforme: Zulmira Fernandes Cerqueira Teixeira. Depoimento citado.

demarcaram espaços de sociabilidade e de lazer, pois, muitas vezes, eram acompanhadas de samba de roda, versos e bebida; de acordo com as posses de cada um.

Bata de feijão é um pau, ou um facão. (...) Aí você pega um facão, rodeando de homem. Se a mulher souber também ela faz. Batendo e chutando, batendo e chutando. E ali, cantando. Tirando um verso. (...) Muitas vezes, você não gostava de mim, cantava um verso me insultando e eu cantava outro para você. E aquilo ali passava o dia. Quando era de noite, terminava. Aí, todo mundo ia dançar do jeito que tivesse. Sujo, com o cabelo com bagaço de feijão, a roupa como estivesse. (risos). Ali, brincava. Se tivesse comida, comia. Se não tivesse, todo mundo ia para casa. (...) Hoje era em sua casa, juntava todo mundo e ia para sua casa. No outro dia, já ia para a casa de outra e aí fazia.⁶

A bata do feijão era uma prática em que se retiravam os grãos das vargens já secas ao sol com golpes de facão ou com pauladas, sempre chutando aquelas que se dispersavam, redirecionando-as ao monte. O trecho acima sobre esta modalidade de trabalho, extraído do depoimento do camponês Francisco Paulo de Lima, 70 anos, é rico em detalhes. Francisco Paulo era filho dos proprietários da fazenda Pagão e do Sítio São Pedro. Em sua juventude, trabalhou na extração de madeira em Vila de Abrantes, região metropolitana de Salvador, em uma destilaria de cachaça em Amélia Rodrigues, nas proximidades de Feira de Santana, e na reconstrução da estrada Bahia-Feira na década de 1950. A partir de sua narrativa, observa-se que a bata do feijão, realizada com o auxílio dos vizinhos, era recompensada com o oferecimento de comida e bebida, ao contrário da prática do “dia trocado”, na qual havia a obrigação em retribuir o favor recebido com o mesmo trabalho. A oferta de alimentos também tinha por finalidade a distração, ao lado do recitar versos, garantindo a realização do trabalho sem reclamações e com entusiasmo.

⁶Francisco Paulo de Lima, proprietário entrevistado em 26 de junho de 2006.

Muitas vezes de improviso, os versos prestavam-se também ao insulto, além do entretenimento. A partir da narrativa de Francisco Paulo, observa-se que as práticas festivas ligadas ao trabalho da roça equivaliam às ocasiões em que velhas “desamizadas” poderiam vir à tona e a oportunidade para se “dar o troco”. Neste caso, a menção ao insulto indica a existência de tensões cotidianas nas relações estabelecidas entre os camponeses da região, mostrando que, apesar das formas de ajuda mútua e de solidariedade, o passado destes trabalhadores não era isento de conflitos. Não raro, se encontrou, em processos-crimes do período, notícias de desentendimentos envolvendo trabalhadores locais por questões de roubo e outros delitos cometidos na região de Humildes.⁷ Um dos entrevistados, Francisco Lima de Santana, camponês não proprietário, relatou episódios de tensão entre trabalhadores contratados para realização de tarefas específicas da roça, trabalho de ganho, e camponeses donos de terras.⁸

De outro modo, a reafirmação das divergências, propiciada pela bata do feijão, não prescindia do “tom” de “brincadeira” empregado pelas pessoas que participavam desta forma de ajuda mútua. “Quando era de noite, terminava. Aí, todo mundo ia dançar do jeito que tivesse. (...) Ali, brincava”, afirmou Francisco Paulo. Brincadeira é o termo utilizado pelos brasileiros para se referirem aos seus folguedos, folias, autos e festas e adotado pelo antropólogo Hermano Vianna em seu estudo sobre a musicalidade brasileira. Vianna argumenta que, através da “brincadeira”, as camadas populares do Brasil conseguem reunir forças para enfrentar as dificuldades por elas vividas: “brincar é a melhor maneira de juntar forças para enfrentar a vida” (VIANNA, 2000). Assim, no cotidiano da região de Humildes, os momentos de trabalho se confundiam com aqueles

⁷ Os processos-crimes do distrito de Humildes e adjacências estão disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁸ Francisco Lima de Santana, de 60 anos, entrevistado em 24 de junho de 2004.

destinados ao lazer, à “brincadeira”. Observa-se, desta forma, que, em muitas ocasiões, a lógica vigente entre os camponeses poderia não ser a da produtividade, mesclando-se situações de lazer com o dia-a-dia da produção.

Nessa perspectiva, pesquisadores que se debruçaram sobre a história dos trabalhadores, como Edward Palmer Thompson, podem contribuir na elucidação de aspectos deste estudo. Em comunidades de pequenos agricultores, a exemplo das que existiram na Inglaterra do século XVIII estudada por Thompson, ocorria certo descaso com o tempo cronológico, pois, geralmente, as pessoas se orientavam pelos afazeres desenvolvidos ao longo do dia. Ocorria também que, nestas comunidades, o tempo destinado às tarefas não era bem separado daquele utilizado para o divertimento (THOMPSON, 1998, p.271). Eram exemplos desta associação entre trabalho e festividade, as formas de ajuda mútua vigentes na região de Humildes nos anos de 1940 e de 1950, visto que se concretizavam em meio a um clima de descontração, sendo mais satisfatoriamente realizadas em combinação com a bebida, a música, e a comida.

De modo geral, a ajuda na lida da roça buscava mesmo o auxílio entre vizinhos, compadres e parentes. Uma situação que foi se alterando ao longo do tempo a julgar pela fala de Francisco Paulo: “E hoje não tem mais isso aqui”. A mudança de costumes também foi observada nos relatos colhidos por Antônio Cândido Souza no interior de São Paulo. Segundo Souza, as práticas de colaboração entre os vizinhos ou mutirões foram desaparecendo na localidade, ao mesmo tempo em que permaneciam os laços de solidariedade entre familiares e compadres. Sobre a cooperação baseada no parentesco e no compadrio, Souza faz a seguinte afirmação: “Devemos salientar que o compadrio funciona no mesmo sentido, assimilando-se à consangüinidade e à afinidade” (SOUZA, 1964, p. 129).

No entanto, mesmo no período em que estas formas de ajuda mútua entre vizinhos ainda vigoravam na região de Humildes, era possível formar um adjutório visando, em vez do auxílio, a diversão: “na casa de fulano tem samba.

Vamos fazer um boi roubado que lá nós fazemos samba”.⁹ A bebida, a comida e o samba de roda, elementos nem sempre presentes em todos os trabalhos cooperativos, funcionavam como um incentivo a mais a aqueles que se dispunham a ajudar, segundo Francisco Paulo de Lima.

O pessoal, fazendo a roça, juntava aquele feixe de homem cantando. E chegava dentro de casa todo mundo com o facão na cintura, sambavam e cantavam e tomavam cachaça. Chamava corte. E chamava sobaco. O sobaco era de graça, só tinha uma cachacinha. E no corte era muita gente, tinha comida e bebida. (...) Fui dar um sobaco, não tinha nada. E quando tinha comida, chamava corte. No corte, matava-se porco, galinha e ali fazia aquelas porções de comida, de feijão. E o pessoal ia trabalhar, tomando cachaça e cantando.

Aqui, duas novas modalidades de adjutório são mencionadas na entrevista de Francisco Paulo: o “corte” e o “subaco”, por meio dos quais os camponeses recebiam ajuda para construir casas de taipa, realizar parte de sua colheita, capinar o plantio, ou retirar lenha. Era a condição financeira do lavrador que definia, muitas vezes, a modalidade de trabalho a ser realizada. No “sobaco”, poucas pessoas trabalhavam. Não havia garantia de comida, mas a bebida era certa. Já o “corte” apresentava uma possibilidade de melhor gratificação a aqueles que cooperavam e, por isso mesmo, contava com mais pessoas. O recurso a tais estratégias viabilizava a preparação da roça, especialmente, nos casos de famílias em que os homens eram pouco numerosos. Sobre este aspecto, Francisco Paulo relatou a prática do “boi roubado”.

A gente era rapaz, chegava na roça. Chamava boi roubado. Ia todo mundo calado. Quer dizer, a lua bonita. (...) Todo mundo pegava a enxada e ia para a roça. Se fosse a dona daquela casa que tinha aquela roça, a gente via e ficava calado. Dizia: ô Fulana, Seu Não Sei Quem está aí? ‘Não. Eu estou esperando papai, para papai arrumar uma pessoa para plantar essa

⁹ Francisco Paulo de Lima. Depoimento citado.

roça aí, que a gente sozinha não dá.' Aí, de outra vez, a gente ia para a festa, chegava lá ficava brincando, aí, pegava as enxadas e escondia (...) Quando elas iam dormir, a gente voltava mudava de roupa, vestia aquelas roupas velhas e ali pegava na enxada. Quando dava sete, oito horas, aquele meio mundo de roça já estava cavado. Ali, chamava a dona da casa para fazer o café e o pirão.

O “boi roubado” era uma alternativa comum às realidades em que as figuras do pai e dos filhos estavam ausentes, isto é, nas relações familiares que extrapolavam a divisão habitual do trabalho homem/ mulher estabelecida na região de Humildes. Considerando a situação narrada por Francisco Paulo, o “boi roubado” poderia ser uma alternativa para a capina e a preparação das covas para o plantio, já que tais atividades eram atribuições dos homens, como foi afirmado por Zulmira Fernandes Teixeira.

Era a condição de surpresa e de sigilo que determinava o caráter do trabalho e dava a alegria e o entusiasmo para a realização da tarefa, recompensada ao amanhecer do dia com a comida e a bebida disponível na ocasião. Para realizar a tarefa sem serem notados, os camponeses trabalhavam na roça do vizinho à noite, de preferência, durante a lua cheia que facilitava a visualização. Esta era uma prática semelhante ao “terno” estudado por Antônio Cândido Souza na cidade de Bonito, interior de São Paulo. No sudoeste de Minas Gerais, havia uma forma de ajuda mútua bem parecida com o nome de traição, por causa do caráter de surpresa, e no Recôncavo baiano, analisado por Charles Santana, a expressão utilizada era “roubar malhada” (SOUZA, 1964, p. 67-69; SANTANA, 1998, p.53).

Considerações Finais

Ao longo de várias gerações, a produção de farinha de mandioca e também a agropecuária mantiveram boa parte das famílias de camponeses da região de

Humildes, em Feira de Santana. Diante disso, os depoimentos aqui enfocados expuseram a forma como um grupo de trabalhadores foi capaz de dar respostas à dinâmica vivenciada na produção de farinha, buscando estratégias cotidianas de manutenção familiar, ao mesmo tempo em que hoje avalia o processo por ele experimentado. Em boa medida, as narrativas do grupo apontam para os limites deste ofício, o qual necessitava da contínua busca de alternativas complementares de renda, além da contratação de mão-de-obra extra-familiar e da colaboração alheia. Neste contexto, se inserem práticas de ajuda mútua, amparadas em laços consanguíneos e de compadrio e na parceria entre vizinhos.

Vistas em conjunto, as práticas de ajuda mútua possibilitavam aos camponeses o cumprimento das atividades necessárias ao sustento na roça, o qual requeria grande esforço físico e muitos braços. As práticas de ajuda mútua ou adjutórios funcionavam de forma complexa na dinâmica camponesa. Isto porque, ao mesmo tempo em que possibilitavam a diminuição de esforço físico e a agilidade das tarefas, iam além da simples estratégia de sobrevivência, sendo mote para a reafirmação de conflitos, como também de diferenciações sociais. Desse modo, além da posse ou não da terra e da casa de farinha funcionar como mecanismo de diferenciação e de conferir certo prestígio aos seus detentores, o alimento e/ou a bebida oferecidos durante os trabalhos cooperativos também se prestavam a esta função. Por fim, é preciso ressaltar que tais ocasiões promoviam a interação no grupo de camponeses, reforçando os laços de compadrio, de parentesco e de amizade, mesmo que uma delas, o “dia trocado”, não estivesse associada à comemoração.

Artigo recebido em setembro de 2008; aprovado em novembro de 2008.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria “História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- GARRIDO, Joan Del A. i. “As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate”. In: GARRIDO, Joan Del A. i. “As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 13, nº 25/ 26, set. 92/ ago. 93.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KHOURY, Yara Aun. “Narrativas orais na investigação de história social”. In: *Revista Projeto História*, nº. 22, Jun/ 2001.
- NOGUEIRA, Maria Dina e WALDECK, Guacira. *Mandioca: saberes e sabores da terra*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2006.
- OLIVEIRA, Ildes Ferreira. *A luta pela autonomia e participação política dos camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia*. Campina Grande, 1987. Dissertação de Mestrado.
- POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Editora Itapuã, 1968.
- SANTANA, Charles d’ Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações; Bahia, 1950 – 1980*. São Paulo: Annablume, 1998.
- SANTOS, Ana Maria Fontes dos. “Ginásio Municipal no centro das lutas populares em Feira de Santana (1963 – 1964)”. In: *Revista Sitientibus*. Universidade Estadual de Feira de Santana, nº 24, Jan/Jun – 2001.
- SILVA, Jairo Ribeiro da. “A importância da mandioca no Brasil e no mundo.” Palestra proferida no VI Curso Intensivo de Mandioca realizado entre 14 e 24 de outubro de 1986. Texto datilografado.

SOUZA, Antônio Candido de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Editora 34, 1964.

THOMPSON, Edward P. “Tempo, trabalho e disciplina”. In: *Costumes em comum: estudos sobre acultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 2ª edição.

VIANNA, Hermano e BALDAN, Ernesto. *Música do Brasil*. São Paulo: Abril Entretenimento, 2000.